

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Portugal é atualmente um dos dois países europeus onde os ganhos com vendas de criptomoedas não são taxados. No geral, a tendência europeia, e também nos EUA, é a de tributação.

Este vazio legal atrai investidores, com o CEO da Binance – uma das maiores corretoras de criptomoedas – a assumir que “as políticas fiscais de Portugal são amigáveis”, colocando o país na lista dos “paraísos fiscais” cripto.

Apesar do crescimento destes ativos digitais, refletido pelo número de criptomoedas distintas (à data mais de vinte mil) e sua crescente valorização (e volatilidade), a posição oficial de Portugal mantém-se inalterada: desde 2016 que uma informação vinculativa por parte da Autoridade Tributária esclareceu que os rendimentos com criptomoedas não podem ser caracterizados como mais-valias (acréscimos patrimoniais), nem como rendimentos de capitais. Assim, não são tributáveis face ao ordenamento fiscal português.

Já o Governo, em sede de discussão do Orçamento de Estado para 2022, mencionou que estaria a ser estudada uma proposta para tributação de criptomoedas. Há mais de um ano que o Executivo determinou ao Fisco que estudasse o enquadramento dos criptoativos à luz das melhores práticas internacionais, no sentido de propor um enquadramento fiscal adequado a estes novos instrumentos. De acordo com órgãos de comunicação, este estudo de direito comparado já se encontra terminado, embora a informação relevante para o setor e para a respetiva tributação não tenha sido divulgada.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Ministério das Finanças:*

- O envio do Estudo de direito comparado sobre o enquadramento dos criptoativos à luz das melhores práticas internacionais, realizado pela Autoridade Tributária, bem como de outros estudos e relatórios sobre a matéria.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)